

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE HISTORIA**

ANDRÉ DA CRUZ SANTOS

**A INFLUÊNCIA DO NOVO SINDICALISMO NA CONSTRUÇÃO DO PT/RN
DURANTE A DÉCADA DE OITENTA.**



**NATAL,
2006**

ANDRÉ DA CRUZ SANTOS

A INFLUÊNCIA DO NOVO SINDICALISMO NA CONSTRUÇÃO DO PT/RN DURANTE
A DÉCADA DE OITENTA.

Monografia apresentada como requisito
para obtenção do grau de Licenciatura e
Bacharelado em História pela Universidade
Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),
tendo como orientadora, a professora Dra.
Maria da Conceição Fraga.



NATAL,
2006

Resumo

Esta monografia descreve a participação dos novos atores sociais que passaram a atuar na década de oitenta na política do Rio Grande do Norte, e que encontraram no Novo Sindicalismo a oportunidade de lutar por suas reivindicações. Analisa o papel do PT como instrumento político das massas trabalhadoras rumo à participação nas decisões governamentais.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
2. A origem do sindicalismo no Brasil.....	7
3. A influencia do Novo sindicalismo no RN durante a década de oitenta.....	18
4. A construção do PT/RN	29
5. Conclusão.....	44
6. Bibliografia.....	46

1- Introdução

A trajetória do sindicalismo brasileiro insere-se em um processo de transformações que mudaram o eixo produtivo, deixando aos poucos de ser agrário para se transformar numa economia industrial, ainda que tardiamente em relação a alguns países da Europa. Esse processo de industrialização começa no século XIX, mas só vai ganhar força no início do século seguinte, tendo como alguns elementos que impulsionaram o país nessa direção, como, a independência política conseguida em 1822, o fim do tráfico negreiro em 1850, a abolição da escravidão em 1888 e a acumulação gerada pela produção de café, todos esses fatores foram levando o Brasil lentamente a um processo de modernização da sociedade.

As novas relações de trabalho que passam a existir dentro desse mundo industrial e urbano vão criar as condições necessárias para que os trabalhadores se organizem na luta contra as longas jornadas de trabalho e os péssimos salários que recebem por sua força de trabalho.

Essas lutas por melhorias ocorrem por todo o século XX e assumem nos diversos períodos da história do Brasil as mais variadas manifestações por parte da classe operária no sentido de garantir seus direitos, e do lado do Estado para garantir que os sindicatos fiquem sob o seu controle. As relações entre Estado e sindicatos, e como estes se organizaram para se fazerem ouvir na sociedade, bem como o papel que alguns partidos de esquerda ao longo dos tempos desempenharam dentro desses movimentos, com o interesse de chegar ao poder é o tema desse trabalho monográfico. O foco fica em torno da construção do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte e o apoio que este recebeu e deu aos movimentos sindicais que existiam no estado no período de sua fundação até 1990, ano em se travou a nível nacional uma disputa para presidente do Brasil em que a polarização atingiu os mais altos níveis. Esta polarização, trazida para o âmbito local evidenciava o descontentamento de alguns setores da sociedade potiguar que se sentiam à margem das decisões tomadas pelos

grupos que dominavam a política no estado, se alternando no poder ora uma, ora outra família.

Para a realização de um trabalho que evidenciasse a importância histórica do PT no Rio Grande do Norte e o seu envolvimento com os movimentos sindicais na luta por questões relacionadas ao âmbito do trabalho e na busca por uma maior inserção na cena política local dominada pelas oligarquias, o estudo de alguns autores se torna indispensável. Autores como Edgard Carone em sua obra *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*, em que aborda a trajetória dos grupos de esquerda após o golpe de 64 e como estes se organizaram para combater o regime militar; Iran Jácome Rodrigues, que é o organizador de *O Novo Sindicalismo vinte anos depois*, que trata do ressurgimento do movimento sindical combativo, reivindicativo e politicamente engajado na luta pela redemocratização do país; Maria Helena Moreira Alves com *Estado e Oposição* nos oferece uma visão de como o regime militar tratou de organizar o país e como as oposições se relacionaram com o poder vigente. Esses livros nos dão um auxílio para entender as várias fases do movimento operário brasileiro no decorrer da história e a influência dos partidos de esquerda, em especial o PT, a partir da década de oitenta, como um pólo aglutinador dos anseios de classe dos trabalhadores brasileiros. Para o estudo do PT local o trabalho de Alessandro Augusto de Azevedo foi de fundamental importância devido a falta de obras que abordassem essa problemática da fundação do PT/RN. Em seu trabalho ele aborda os caminhos que levaram a construção do partido dos trabalhadores no Rio Grande do Norte na década de oitenta, fazendo uma relação direta entre o surgimento e a necessidade das camadas menos favorecidas se fazerem representar frente a uma política dominada por pequenos grupos.

O primeiro capítulo aborda os acontecimentos que originaram as condições necessárias para o surgimento do sindicalismo na Europa, passando em seguida para o caso brasileiro e os seus desdobramentos para a classe operária. Analisa as lutas geradas no país a

partir da introdução de novas formas de relação de trabalho e como os trabalhadores se organizaram para tentar minimizar essa situação, e qual a atuação do Estado frente ao que estava acontecendo.

O segundo capítulo destaca a importância do movimento denominado de Novo Sindicalismo, que se originou no final da década de setenta em São Paulo, e que se caracterizou pelo resgate da luta sindical, com a presença forte do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores como interlocutores dos movimentos sindicais. Enfatiza como esse ressurgimento dos movimentos sindicais chegou ao Rio Grande do Norte e como os atores sociais do estado se valeram dessa nova onda reivindicatória para se posicionar, com o auxílio do PT e da CUT, frente as estruturas políticas vigentes, ainda baseadas na alternância de poder por parte das oligarquias.

O terceiro capítulo vai abordar a fundação do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte e o seu papel na construção de uma alternativa política voltada para a classe trabalhadora. Mostra a ação dos atores sociais envolvidos nesse processo, bem como as dificuldades encontradas por eles para consolidar o partido no cenário político local nos anos oitenta.

2- A origem do sindicalismo no Brasil

O sindicalismo brasileiro teve um papel de relevância na política brasileira nos últimos anos da década de setenta e por toda a década de oitenta. Após passar por um período de intervenção pelo regime militar que tomou o poder com o golpe de 1964, este segmento da sociedade mostrou seu poder de rearticulação e voltou ao cenário político, rompendo com a legislação e a estrutura corporativa vigente, reivindicando seu lugar nas questões que faziam parte da vida da classe trabalhadora, como salários, e do povo brasileiro como um todo, como era o caso da luta pela volta da democracia.

Para se entender como o sindicalismo voltou a ter importância no cenário político nacional é necessário que se conheça como esta prática de luta foi introduzida no Brasil e qual o seu desenrolar no decorrer dos anos.

Em meados do século XVIII a sociedade burguesa encontra as condições necessárias para expansão e consolidação do capitalismo, devido ao intenso desenvolvimento das máquinas, trazendo em contrapartida uma diminuição da produção artesanal e manufatureira. Iniciava-se a fase industrial¹.

Com a chegada desta nova fase e da utilização cada vez maior de máquinas na produção, acentuasse a divisão da sociedade entre duas classes distintas: o capitalista e o proletário. O número de operários empregados era cada vez menor, gerando um excedente de força de trabalho que propiciou ao capitalista pagar um salário ainda menor, tendo em vista que o número de trabalhadores que estavam à procura de emprego era muito grande. O contínuo rebaixamento dos salários dos operários faz com que este estenda sua jornada de trabalho a períodos que chegam a dezesseis horas por dia.

Diante de uma situação como essa, em que se vê forçado a trabalhar por longos períodos, com um salário insuficiente para ter uma vida digna, com a exploração da força de

¹ Ver. ANTUNES, Ricardo. O que é sindicalismo. São Paulo: Brasiliense. 1985, p.10.

trabalho feminino e infantil, além de viverem em locais que não apresentavam as mínimas condições de higiene, os operários passam a ver nesses avanços tecnológicos a culpa por se encontrarem em condições tão difícil.

A reação encontrada por alguns operários, inicialmente, foi a de destruir algumas máquinas, mas isso não gerou nenhum efeito positivo, pelo contrário, fez com que a sociedade ficasse contra os operários. A luta por melhorias nas condições de trabalho não podia seguir o caminho da violência sob pena de ver a sociedade tê-los como selvagens, o caminho a ser trilhado passava por encontrar uma forma de oposição mais eficiente na luta da classe operária.

Um grande passo foi dado nessa direção quando o parlamento inglês aprovou uma lei em 1824 em que era conquistado o direito à livre associação², ate então restrita a burguesia. Conquistado esse direito, as uniões sindicais se espalharam por toda a Inglaterra e as categorias passaram a lutar por melhores salários com os patrões, deixando de lado as experiências anteriores em que o operário lidava individualmente com o capitalista quando queria reivindicar algo.

Organizados em categorias, os trabalhadores se sentiram mais fortes na luta contra os interesses capitalistas de diminuição de salário e aumento de horas de trabalho, chegando a deflagrar greves quando da recusa de suas reivindicações. Uma outra vitória da classe trabalhadora foi a aglutinação de várias categorias de uma mesma região em uma federação. Um tipo de central que representaria frente aos patrões os interesses dos operários de um determinado setor. Em 1830 foi criada a Associação Nacional para a Proteção do Trabalho, reunindo uma serie de categorias, tais como, operários têxteis, mecânicos, fundidores, ferreiros etc.

²Antunes, Ricardo. O que é sindicalismo, p. 17.

A luta por melhores condições de trabalho ganhava força com a criação dessas organizações, entretanto a tarefa não seria das mais fáceis, tendo em vista o poder dos capitalistas, que se valiam de demissões para pressionar os operários a abandonar a ação sindical. É inegável a importância dessas associações no processo de organização da classe trabalhadora contra os interesses dos capitalistas.

A organização sindical não se limitou somente a na Inglaterra, expandindo-se por outros países da Europa e América que estavam em processo de industrialização, como por exemplo, na França, Alemanha e Estados Unidos, reivindicando desde questões puramente econômicas como também questões de caráter político.

A indústria brasileira se desenvolveu tardiamente em relação a outros países do mundo. Enquanto que em alguns países da Europa a industrialização começa por volta do século XVIII, o Brasil ainda era um país de economia agrária, sendo uma colônia de Portugal, para quem não interessava o florescimento de uma indústria nacional que pudesse contrapor sua política mercantilista. Neste cenário a mão-de-obra predominante é escrava, sendo a assalariada pouco expressiva, logo a inexistência de conflitos entre capital e trabalho, condição para que possa germinar movimentos associativos de trabalhadores.

O surgimento da classe operária no Brasil está ligada às mudanças ocorridas na economia nacional no século XIX, agro-exportadora, tendo como principal produto o café. Com a mudança na estrutura de força de trabalho, que deixou de ser escrava passando a ser assalariada, com a destinação de parte de seus lucros para a atividade industrial, e com a criação de um amplo mercado interno, a economia exportadora gerou as condições para a constituição do capital industrial no Brasil.

Com o advento da industrialização, surgem também os primeiros núcleos operários de lutas, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. As organizações que existiam buscavam auxiliar materialmente os trabalhadores quando estes resolviam realizar

greves ou em épocas de dificuldades financeiras. O sindicato surge quando os trabalhadores passam a se organizar em ramos de atividades para lutar por melhores salários.

A primeira greve que eclode no país foi a dos tipógrafos do Rio de Janeiro em 1858, reivindicando melhores salários. Juntamente com a vitória dos tipógrafos se espalhou pelo Brasil varias greves nas demais categorias e outras formas de organização da classe operária passaram a ganhar forma, como foi o caso da realização do I Congresso Socialista Brasileiro em 1892 e do II Congresso Brasileiro Socialista, ambos na tentativa de fundar um Partido Socialista no Brasil.

Em meio a essa agitação nascem os sindicatos no Brasil, com o principal objetivo de conquistar os direitos fundamentais do trabalhador, que à época lutavam por melhores salários e redução da jornada de trabalho. Em 1906 é realizado o Primeiro Congresso Operário Brasileiro com a participação de 43 delegados dos principais centros da economia nacional. Nele foram lançados as bases para uma organização sindical de âmbito nacional, a Confederação Operaria Brasileira, a qual se filiam numerosas entidades de classe. Ainda que tutelado pela constituição que lhes garantia o direito de associar-se, o Estado por sua vez não assistia passivamente a tudo isso como nos relata Everardo Dias, militante do movimento operário durante décadas: “os sindicatos tinham, desta forma, vida muito precária, expostos constantemente ao fechamento arbitrário, às visitas policiais, à prisão de seus membros mais destacados, à remoção de seus móveis e livros para serem destruídos como planta perigosa e amaldiçoada. Pode-se dizer sem receio que, de 1903 a 1930, não houve sindicato que tivesse vida regular e livre de intervenção policial”.

Vale destacar a presença no congresso realizado em 1906 das duas tendências existentes no movimento operário brasileiro. De um lado os Anarco-sindicalistas, que priorizavam a questão econômica, negavam a importância da luta política, privilegiando a luta dentro da fabrica através da ação direta. Negavam ainda a necessidade de um partido político

para a classe operária. De outro o Socialista Reformista, que buscava a transformação gradativa da sociedade capitalista, lutava pela criação de uma organização partidária dos trabalhadores e da luta parlamentar.

Outros congressos foram realizados nos anos de 1913 e 1920 buscando reavivar a Confederação Operária. A atuação dos trabalhadores não esfriou com as tentativas dos governos de controlarem o movimento sindical através da introdução de lideranças governistas dentro de alguns poucos sindicatos. O período compreendido entre 1917 e 1920 ficou marcado como um tempo em que o movimento sindical teve uma forte atuação em episódios grevistas que tomaram conta do país, como consequência a uma crise gerada pela I Guerra Mundial, que ocasionou no país problemas na produção e nos salários dos trabalhadores.

Esse foi o período em que o movimento anarquista teve sua maior atuação tendo em vista sua hegemonia no movimento sindical da época. Entretanto essa tendência não conseguiu superar suas limitações, restringindo sua atuação a aspirações puramente econômicas, negando a atuação do Estado, muito menos aceitava a criação de um partido. Desse modo, a luta sindical se tornava uma presa fácil para os órgãos repressivos do Estado. Sua incapacidade frente aos desafios que apareciam frente à direção das greves do período, acrescido da forte influência vindo da Rússia, gerou em certos membros anarco-sindicalistas o desejo de romper com esse tipo de pensamento e fundassem em Março de 1922 o Partido Comunista Brasileiro (PCB), marcando um novo rumo no sindicalismo brasileiro agora organizado politicamente em um partido.

O Estado tratou de ampliar seu espaço de atuação nos sindicatos e fortalecer aqueles que tinham ligação ao setor cafeeiro, já os outros setores da economia sofriam com a repressão empregada pelo governo. Se o PCB não representou naquele momento uma ameaça imediata ao poder das oligarquias, causou pelo menos certa apreensão. A fase final desse



período chegou com a eclosão do movimento tenentista, que com o apoio de outros fazendeiros, que não produziam café e que estavam descontentes com o governo oligárquico, trataram de derrubá-lo.

Com a chegada do governo de Getúlio Vargas em 1930 o movimento operário e sindical se viu diante do apetite controlador do Estado que, visando o domínio desse setor da sociedade tratou de tomar as medidas necessárias para tal tarefa. Uma de suas primeiras iniciativas nesse sentido foi a criação do Ministério do Trabalho em 1930, que tinha a incumbência de elaborar uma política sindical que deixasse a classe operária dentro dos limites do Estado.

O primeiro ministro do trabalho foi Lindolfo Collor, que criou os pilares do sindicalismo oficial no Brasil. O interesse do governo em controlar esse segmento da sociedade fica ainda mais latente quando da análise da Lei de Sindicalização de 1931, que entre outras restrições deixava sob responsabilidade do Ministério do Trabalho o controle dos recursos dos sindicatos, sendo ainda proibido o seu uso em manifestações grevistas. Negava a sindicalização de funcionários públicos, além de atividades de caráter política e ideológica dentro dos sindicatos. A fundação dos sindicatos oficiais e a criação do imposto sindical, estimularam o surgimento dos pelegos³.

A classe operária resistiu a essa tentativa de dominação e manteve sua autonomia até por volta de 1935. Neste mesmo ano a mobilização tomou forma de levante com a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente antiimperialista dirigida pelo PCB. Temendo o avanço popular de tais idéias o governo tratou de agir para bloquear as intenções de mobilização desta frente, usando do seu aparato repressivo. Decretou a Lei de Segurança Nacional, que proibia o direito de greve e mais tarde o governo colocou na ilegalidade a ANL,

³ A palavra pelego originalmente significa a manta que se coloca entre o cavalo e a sela de montar. Passou a designar os dirigentes sindicais que ficavam amortecendo os choques entre os patrões e os trabalhadores.

e estes por sua vez optaram por realizar um levante armado, que sem o apoio das massas foi rapidamente reprimido e controlado.

Utilizando-se do perigo que era o comunismo, o governo instituiu o Estado de Sítio, perseguiu as lideranças sindicais e fechou os sindicatos mais combativos. Esse foi o período em que o movimento sindical conheceu a perda de sua autonomia, aumentando assim o processo de cooptação e controle por parte do Estado, que passou a indicar os dirigentes dos sindicatos com o interesse de manter sobre controle as reivindicações operárias. Essa situação permaneceu durante todo o período de governo de Vargas.

A classe operária ao longo da década de quarenta foi conseguindo algumas vitórias significativas na busca de maior liberdade e representatividade. Em 1945 conseguiram a anistia irrestrita aos presos políticos, além da legalização do PCB, e neste mesmo ano, antes de sair do poder, Vargas extinguiu alguns dispositivos de controle sindical por parte do Ministério do Trabalho, tais como, a autorização do MT para a realização de eleição e posse de direções sindicais.

A fase que se desenrolou pós-45 foi de reestruturação do movimento sindical brasileiro. Representado no congresso pelo PCB o movimento sindical não conseguiu grandes transformações institucionais devido ao partido comunista estar em inferioridade numérica no parlamento, logo, a possibilidade de fazer alguma alteração na estrutura era quase nenhuma. As essas dificuldades soma-se o controle imposta pelo governo de Gaspar Dutra que emplacou uma série de perseguições, proibições e intervenções nos sindicatos e em 1947 levou o PCB a condição de ilegal, cassando o mandato de seus representantes.

Durante o último governo de Vargas a classe operária e o movimento sindical voltou a ter uma participação efetiva na luta por melhores condições de vida e trabalho no Brasil. Organizaram diversas manifestações grevistas com um número cada vez mais crescente de participantes. Durante toda a década de 50 o movimento sindical mostrou-se ativo e

participativo nas discussões em defesa dos trabalhadores, com a forte presença do Partido Comunista, bem como na defesa da soberania nacional contra os interesses imperialistas.

As manifestações no início da década de 60, fase em que as greves se intensificaram, serviram para que os trabalhadores brasileiros unificassem suas forças em torno da construção de uma entidade que pudesse aglutinar todos os sindicatos e combater a influência dos representantes do governo nos órgãos sindicais. Para essa tarefa foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

O CGT teve papel de relevância nas grandes manifestações grevistas que se desenvolveram durante o governo de João Goulart, apoiando as reformas de bases. Com a chegada dos militares ao poder as organizações sindicais não souberam se organizar no sentido de uma maior resistência, tendo suas lideranças presas.

O que se viu nos anos seguintes foi uma política de arrocho salarial e de redimensionamento do papel dos sindicatos, que passaram a ser meros órgãos assistencialistas e intermediário entre o Estado e os trabalhadores. O governo militar tratou de rever uma série de conquistas dos operários, como a estabilidade, o direito a greve, o direito de negociar aumento salarial diretamente com os patrões, passando agora para as mãos do Estado essa prerrogativa.

Esse processo de ruptura causada pelo golpe militar de 1964 representou para a classe operária a maior repressão que os trabalhadores enfrentaram na história do país. A Ditadura Militar deixou praticamente intacta a Consolidação das Leis do Trabalho, instituída em 1943, adequando-a aos objetivos do Estado de Segurança Nacional para aumentar seu controle sobre os sindicatos⁴. Com o uso dos dispositivos da CLT, os sindicatos passaram a ser vistos como ponto de apoio aos objetivos do governo militar⁵, se transformando num território livre para o desrespeito de direitos legais e a exploração da força de trabalho. As ocupações e intervenções

⁴Ver. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 237.

⁵Ver. Rodrigues, Iran Jacome (org.). O Novo Sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis: Vozes, 1999. p.18.

em sindicatos atingiram números nunca antes vistos, tendo como consequência imediata a prisão, a cassação e o exílio das direções de vários sindicatos. O movimento só volta a atuar com expressão dez anos mais tarde.

No final da década de setenta a classe operária volta a cena política após passar por um período em que teve a sua atuação muito limitada pelas medidas tomadas pelo regime militar. Sua ação se restringiu a atuar no interior das fábricas, no cotidiano da produção, manifestando-se através da diminuição da produção, forçando assim o patronato a negociar melhores níveis salariais. Este tipo de luta, considerada sem muita importância, serviu para criar as condições necessárias para as grandes manifestações que aconteceriam em 1978, além de introduzir um novo modelo de atuação do movimento sindical, preocupado com o trabalhador dentro de seu local de trabalho e com sua organização dentro da empresa.

Já em 1977 os trabalhadores começaram a se mobilizar contra o arrocho salarial imposto pelo governo, que manipulou favoravelmente os índices de aumento que deveria ser dado aos trabalhadores, ou seja, os aumentos sempre estavam abaixo do que deveria ser repassado⁶. A campanha pela reposição salarial serviu para que a classe operária se preparasse para novas manifestações de peso no início de 1978. Surge um novo sindicalismo, livre das estruturas sindicais atreladas ao Estado.

Em Maio deste mesmo ano, os trabalhadores da Scania adentram a empresa, bateram seus cartões, vestiram seus macacões e cruzaram os braços diante das máquinas. A greve pegou os patrões e o governo de surpresa e trouxe para a discussão o fracasso da política econômica do regime, além de romper com a legislação antigreve e dar os primeiros passos para um movimento de massa amplo. Em 1979 as greves continuaram com um número cada vez maior de participantes, reivindicando entre outras coisas a volta das direções cassadas pelo regime, além de inserir no mesmo contexto de lutas a discussão sobre a anistia, as

⁶ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). P.246.

liberdades democrática e as Diretas Já, um processo político que apesar de uma ampla participação popular, trazia por trás um forte descontentamento da burguesia diante dos rumos da economia. A frente das negociações estava o então sindicalista Luis Inácio da Silva, consolidando sua liderança junto à classe trabalhadora.

No início da década de oitenta os sindicalistas, intelectuais e os representantes das camadas populares fundam o Partido dos Trabalhadores como uma alternativa democrática de representação das camadas menos favorecidas. Em 1983 é fundada a Central Única dos Trabalhadores, que se tornou a maior central em capacidade de organização da classe trabalhadora e evidencia o quão forte despontava na década de oitenta o movimento sindical. O sindicalismo cutista se baseava em uma estratégia de confronto, de oposição às políticas governamentais, na mobilização das massas e em ações grevistas.

Os movimentos grevistas que foram deflagrados nos anos oitenta se intensificaram em relação à década anterior. As reivindicações assumiram um caráter não apenas econômico, em busca da reposição salarial, mas político, tendo em vista o clima de descontentamento na sociedade com os rumos que o regime militar dava ao país⁷. O desejo por mais liberdades democráticas estava na pauta de lutas e se fez presente em mobilizações nacionais como a que queria a volta das eleições diretas para presidente.

Apesar desse modelo classista receber algumas críticas decorrentes de suas poucas conquistas duradouras para a classe trabalhadora, fica evidente sua importância, por se tornar o referencial na luta contra as perdas salariais da época. Um dos pontos positivos das lutas travadas pelo PT e a CUT por melhores condições de vida e trabalho da classe operária foi o fato de introduzir a consciência de classe nos trabalhadores. Isso fica evidente nas eleições de 1989 com a polarização nacional entre a candidatura de Collor, representando uma política neoliberal, e Lula, representando os trabalhadores.

⁷ RODRIGUES, Iram Jácome. O Novo Sindicalismo: vinte anos depois. P. 34.

O estudo da trajetória do sindicalismo no Brasil nos possibilitar entender como este representante das lutas dos trabalhadores originou-se, se desenvolveu ao longo das décadas e como conseguiu sobreviver às intervenções do Estado no sentido de controlar as suas ações. Ganha importância nesse processo o caráter político que o sindicalismo assumiu em vários momentos da história nacional, e como a ideologia política tratou as questões referentes a classe operária brasileira na sua luta por melhores condições salariais e de trabalho. Nesse sentido merece destaque o surgimento do PT e da CUT, no início da década de oitenta, representantes fieis das reivindicações dos trabalhadores e que aglutinaram em torno de si os anseios desse setor da sociedade.

3- A influência do Novo Sindicalismo no RN durante a década de oitenta.

O final da década de setenta marca um período de extrema importância para o movimento sindical brasileiro. Após passar por uma fase de pouca representatividade durante os anos iniciais da Ditadura, a qual havia o deixado com pouco ou nenhum espaço de manobra, o sindicalismo contestador volta à cena política cobrando novos espaços de atuação e representação da classe trabalhadora⁸.

Esta volta ao cenário reivindicatório dos trabalhadores brasileiros foi marcada por novas práticas no sindicalismo, tais como: origem e centro no setor moderno da economia, autonomia diante dos partidos políticos e do Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo voltado para os interesses dos trabalhadores. Esta nova fase de liberdade e autonomia sindical denominou-se de Novo Sindicalismo e representou uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado, caracterizando-se pela luta contra o regime ditatorial militar, pela participação na construção de um partido político, pela crítica a estrutura sindical corporativa, além da construção de um sindicalismo de massa e confronto que culminou com a fundação de uma central sindical expressiva⁹.

Este novo sindicalismo que se apresentava deveria ser entendido como uma negação do que havia sido feito no período anterior ao golpe militar de 64. Tido agora como o Velho sindicalismo, este ficou caracterizado pela intervenção direta do Estado no funcionamento interno dos sindicatos e na regulação das relações entre capital e trabalho, além de populista, distante das bases e pouco empenhado em reivindicar os interesses da classe trabalhadora. Os sindicatos alinhados com esta concepção concentravam-se mais em São Paulo e Rio de Janeiro, no período de 1943 à 1964, e estavam ligados ao Partido trabalhista Brasileiro (PTB) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

⁸ RODRIGUES, Iram Jacome. O Novo Sindicalismo: vinte anos depois. P. 134.

⁹ Ibid.

Em setembro de 1978, os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo realizaram seu primeiro congresso e nele definiram os principais pontos da atividade sindical: o contrato coletivo de trabalho, liberdade sindical e uma lei básica do trabalho que contemplasse seus direitos fundamentais.

Vale ressaltar que quatro anos antes o MDB havia conquistado uma vitória esmagadora nas eleições parlamentares de Novembro daquele ano e esse resultado foi o primeiro grande ato de protesto contra o regime militar que não conseguia agraciar a grande massa da população com seus benefícios¹⁰. Para melhor entender esse resultado é necessário uma análise da conjuntura do período. No tocante a economia, destaca-se a crise do petróleo em 1973 e seus impactos no país, no campo político merece destaque a luta da ala mais progressista e democrática do MDB, liderados pelo “anticandidato” a presidente da República Ulisses Guimarães e seu vice Barbosa Lima Sobrinho, que entoaram em todo país uma pregação cívico-democrática, em que denunciavam o regime militar e chamavam a sociedade civil a luta pela democracia.

O movimento de 1978 tem uma certa ligação com o ocorrido há quatro anos, tendo em vista que ambos os movimentos mostravam seu descontentamento com o regime militar. Os trabalhadores, enquanto representação de uma parte organizada da sociedade civil, buscavam se afirmarem na crítica da condução da política econômica do governo, na busca por melhores salários e na luta pelo direito a greve, na defesa da negociação direta com o patronato e pela autonomia e liberdade sindical. Buscava-se entre outras coisas, a inserção de novos atores na esfera política.

Esses novos atores buscavam uma identidade coletiva com o interesse de obterem um espaço de intervenção na esfera pública. Nesse sentido, muito mais que exigir melhorias nas

¹⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). P. 188.

condições de trabalho, melhores salários, esses trabalhadores buscavam direitos democráticos, sem esquecer de suas reivindicações dentro da empresa.

Outras greves ocorreram nos anos de 1979 e 1980, desta vez com um número maior de trabalhadores e categorias. Esse ressurgimento no cenário político dos trabalhadores pode ser dimensionado em sua importância com a criação em 1980 do Partido dos Trabalhadores (PT) e pouco tempo depois da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sem dúvida a mais importante central sindical do Brasil. Com uma forte presença na sociedade civil, a CUT nasceu como instrumento para defender os trabalhadores na condução de suas demandas.

A efervescência social e política que agitava o Centro-Sul do país também se fez presente no Rio Grande do Norte, ainda que em menor grau, tendo como agentes potencializadores vários atores sociais.

Já em 1979 surgem os primeiros sinais de ruptura com o conformismo vigente desde 1964. Eram os motoristas e cobradores de ônibus de Natal, os professores da rede estadual de ensino, além dos canavieiros, que faziam parte de um movimento mais amplo, de amplitude regional. Vale ressaltar nessa conjuntura de lutas, a posição tomada pelos rodoviários e professores, que se organizaram à margem dos dirigentes de seus sindicatos, tendo em vista que estes na mesa de negociações tendiam a conciliação com os patrões e as lideranças que representavam a oligarquia que estava no poder. Resulta dessas experiências o surgimento de grupos de oposição nesses sindicatos, uma vez que para muitos a diretoria vigente caminhou na contramão dos interesses da classe.

No tocante a participação do meio universitário, ganha destaque nesse período a criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ADURN), dotada de um caráter sindical, onde buscava reivindicar melhorias. Ainda no meio acadêmico, em 1979, os estudantes conseguem realizar pela primeira vez uma eleição direta



para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e para a União Nacional dos Estudantes (UNE), simbolizando desta forma o ressurgimento do movimento estudantil universitário.

Um outro ponto caracterizador dessas mudanças acontece no meio rural, com a entrada em cena dos organismos de base da Igreja, tais como, a Pastoral Rural (PR), o movimento Eclesial de Base (MEB), o Serviço de Assistência Rural (SAR), bem como, o surgimento do Centro de Educação de Trabalhadores Rurais (CENTRU), entidade que organizava uma parcela de lideranças sindicais não vinculados a Igreja, apoiando e estimulando a formação de chapas de oposição nos sindicatos, além de promover cursos de formação de lideranças no meio rural. Essas ações contribuíram para o surgimento de novos espaços coletivos que passaram a questionar as práticas sindicais vigentes no meio rural e a ter um papel independente e autônomo frente ao latifúndio e ao Estado. É justamente no meio desses conflitos rurais, no surgimento desses novos atores sociais que emergem no RN as primeiras lideranças do Partido dos trabalhadores.

Em meados do ano de 1983 o governo federal implementou, através de decretos-leis, uma política de reajuste salarial bastante inferior a taxa de inflação. Como resultado dessa política de austeridade salarial, desencadeou pelo país uma série de mobilizações que vieram a gerar a greve geral de 21 de junho de 1983, a primeira após o golpe de 1964.

O ano de 1983 no RN refletiu a agitação que tomava conta do Brasil. Uma serie de mobilizações sociais tomaram conta do Estado, registrando-se as greves dos funcionários públicos estaduais, dos canavieiros, a mobilização dos estudantes universitários da UFRN. Identifica-se nesse período o ressurgimento dos movimentos sindicais locais, como os dos operários têxteis, a dos metalúrgicos, dos trabalhadores da construção civil e dos comerciários. Soma-se a isso um grupo de professores que disputaram e perderam as eleições para a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN) em 1982 e que era em sua maioria composto por professores ligados ao PT.

Essas manifestações vão ocorrendo ao mesmo tempo em que se tenta a fundação no Rio Grande do Norte da CUT. Contudo, a Central conseguiu, inicialmente, atrair somente entidades de pouca expressão, tendo em vista que disputava espaço de atuação com outros órgãos de que representavam as classes de trabalhadores, como é o caso da Coordenação Nacional da Classe trabalhadora (CONCLAT) que contava com a filiação de sindicatos de peso, tais como, os dos bancários, telefônicos e da Federação dos Trabalhadores Rurais. Essa situação foi mudando lentamente, e a CUT/RN foi conseguindo abarcar novos sindicatos, além do surgimento de novas categorias que passaram a se organizar no sentido de ter uma entidade que as representasse.

O serviço público, principalmente o federal e estadual, passa a se mobilizar no estado com o intuito de terem organismos de representação. Essas categorias de funcionários públicos ganham importância nesse período devido ao peso que tem na estrutura do Estado. Eles se insurgem contra a ação do poder estatal, mesmo que a relação existente entre os dois seja uma relação de possível lealdade, tendo em vista que a ocupação dos cargos no serviço público era feita, em sua maioria, através de indicação.

Essa ruptura dos laços de fidelidade com os grupos dominantes que se alternavam no poder no Rio Grande do Norte, se estende para as entidades representativas dos bairros, que eram vistas como partes integrantes no círculo de dominação e influência de quem estava no poder, e que passaram a se mobilizar contra essa ação. Essas mobilizações reivindicavam eleições diretas para a diretoria dos conselhos, com a participação de toda a comunidade, além da solução de problemas mais ligados à vida dos moradores, como o aumento da prestação da casa própria e a melhoria no transporte público.

Observa-se aí uma mudança na esfera pública, tendo em vista que as classes subalternas vão experimentando conflitos e a partir deles dando novo significado a luta sindical e ao espaço da política. Os espaços coletivos passam a ganhar importância por que

são locais onde o indivíduo potencializa sua ação política. Suas lutas deixaram de ter um caráter apenas reivindicativo em relação ao seu patrão, mas passaram a incorporar ao seu discurso a contestação do regime ditatorial.

No início da década de oitenta o Brasil passou por um período de rediscussão da estrutura política, tendo como eixo das discussões o fim do período militar e a redemocratização do país. Através da emenda a constituição do deputado Dante de Oliveira, organizou-se no Brasil um amplo movimento, liderados pelo PMDB e o PT, denominado de Diretas-já, reunindo em torno desse objetivo grande parte da população.

No âmbito local, o Rio Grande do Norte, além de ter seus desdobramentos em torno da conjuntura política nacional, em face da escolha de quem seria o melhor nome para representar o próprio regime, enfrentava seus próprios problemas de ocupação de espaço pelos grupos dominantes, frente a uma nova realidade política que se apresentava.

Estabelecida a nova ordem, as disputas geradas pelos grupos oligárquicos de quem ficaria com poder foram travadas nas eleições de 1985 para a prefeitura da capital e em 1986 para o governo do estado, evidenciando certo domínio da família Alves, pois saiu-se vitoriosa nas duas eleições.

Para o movimento sindical esse foi um período de grandes dificuldades, pois o então eleito governador do estado, Geraldo Melo, pautou seu governo pela truculência, repressão e autoritarismo para com os movimentos grevistas, mostrando-se o oposto daquilo que se apresentava durante sua campanha, na qual se apresentava como representante da Nova República, que de nova não trouxe nada, pelo menos no tratamento dado aos movimentos sociais.

Ganhou destaque nesse período a força da oposição, encampada pelo funcionalismo público estadual, em especial a classe dos professores, que se mostrou como principal pólo

opositor ao governo e sua política. Esse movimento tinha fortes relações com os setores ligados a CUT e ao PT, transformando-se em referência político-sindical.

O clima de hostilidade entre o governo do estado e o movimento dos professores se estende por todo o governo de Geraldo Melo, se fazendo presente inclusive nas eleições municipais de 1988. A categoria resolveu lançar um nome para concorrer a uma cadeira da câmara de vereadores de Natal, Fernando Mineiro, fato que causou uma disputa ainda maior entre os dois lados em conflito. O governador percebendo que o movimento dos professores estava ancorado num discurso político de um partido de oposição, tratou de desqualificá-lo anunciando que por trás daquela agitação se escondia a intenção de eleger um representante dos seus.

Fica demonstrado nesse episódio que o movimento sindical, em face das poucas transformações que ocorreram no país com a chegada da Nova República, tentava refletir os novos anseios das classes subalternas em ocupar espaços de representação, tendo na CUT e no PT seus principais interlocutores.

O poder do movimento sindical local fica ainda mais visível quando da campanha salarial que ocorreu no ano de 1987, em que se reuniu em torno de uma só proposta várias categorias de trabalhadores, fiação e tecelagem, alfaiates e confecções, motoristas e padeiros. Outras categorias também entram em greve no estado, desde funcionários públicos até empregados de empresas privadas. A essas reivindicações específicas de cada categoria, soma-se a união das mesmas em torno de um projeto ainda maior que era uma greve geral nacional organizada pela CUT, em protesto contra o novo plano econômico do governo federal. Diferentemente de alguns centros urbanos, em que a greve teve pouca adesão, aqui no estado sua adesão foi muito grande. A eclosão desses movimentos em todo país pode ser explicado pela autonomia que os sindicatos brasileiros passaram a ter frente ao Estado.

A situação política do Brasil nos últimos anos da década de oitenta era muito complicada, tendo em vista o clima de descontentamento da maioria das classes dos trabalhadores com os rumos do governo de José Sarney. Verifica-se no ano de 1988 um conjunto de greves realizadas por funcionários públicos federais, além de outras manifestações de insatisfação, como foi o caso do movimento dos sem-terra no Rio Grande do Sul.

Esse descontentamento com o atual governo manifestou-se nas urnas naquele ano. Os partidos tidos como oposição de direita, ganharam mais espaço no cenário político nacional, com vitórias do PDS e do PTB, além do crescimento do PT como representante da esquerda, o que representava a possibilidade de uma candidatura petista para presidente do país no ano seguinte.

As mobilizações sindicais continuaram com mais intensidade no ano de 1989 com a convocação de uma greve geral marcada para 14 e 15 de março, dando com isso mais combustível para a oposição atacar o governo federal. A maneira encontrada pelo governo de combater esse movimento de mobilização das massas foi agir com dureza, principalmente contra aquelas dirigidas pela CUT, para tanto se valeu das propagandas oficiais do governo, dos meios de comunicações, para passar a idéia a sociedade de que estes movimentos eram pura e simplesmente atos de violência e de desrespeito a ordem.

Os ataques aos movimentos grevista traziam por trás de suas ações um outro propósito do governo federal, que além de querer desqualificar frente a opinião pública os atos dos manifestantes, queria também com isso minar a candidatura de Lula à presidência, uma vez que sua figura estava diretamente relacionada a tais movimentos.

O crescimento do movimento sindical de esquerda, representada na figura de Lula e do PT, mostrou aos representantes da continuidade antidemocrática, que o país tinha novos atores com forças suficientes para se fazerem ouvir e representar como força política, não

sendo mais meros expectadores das ações governamentais que resultavam em perdas para a sociedade.

Essa mudança de rumos que ocorreu no cenário nacional foi também verificada na cena política local, muito embora com menor intensidade. O movimento sindical potiguar se revitalizou e passou a atuar com maior intensidade, sobretudo com a presença do Partido dos Trabalhadores que juntamente com o conjunto de forças de oposição de esquerda, PSB e PC do B, trouxeram para a disputa eleitoral de 1990 a polaridade que estava representada a nível nacional na candidatura de Fernando Collor de Melo e de Lula. O PT local e seus aliados se diziam representantes de Lula no estado e passaram a questionar a estrutura de dominação existente no Rio Grande do Norte em que o poder sempre ficava nas mãos das oligarquias, representada na família Alves e Maia.

A disputa eleitoral de 1990 trouxe a cena política uma disputa entre as famílias que dominavam o estado. A escolha dos candidatos que iriam disputar aquele pleito gerou um clima de tensão entre as oligarquias Maia e Alves, ocasionando mudanças no tabuleiro político de ambas. Do lado dos Alves a escolha de seu representante esbarrava na falta de perspectiva de vitória, independente do escolhido, tanto Garibaldi Alves Filho quanto Henrique Alves não dispunham de peso político necessário para uma possível vitória. Somase a isso a provável candidatura do grupo Maia de José Agripino Maia, tido como uma figura política com mais aceitação pela população.

O fortalecimento da candidatura do grupo encabeçado por José Agripino podia ser sentido pelo pouco apoio que o então governador, Geraldo Melo, tinha dos funcionários públicos. Os Alves, que haviam apoiado Geraldo para governador em 1986, viam nele um cabo eleitoral com pouca influência para a nova eleição.

As costuras internas em torno do melhor nome para se candidatar a governador, acabou gerando transformações nas composições dos grupos. Do lado de Agripino as tensões

foram geradas em virtude do rompimento do ex-governador Lavoisier Maia e Vilma, então abrigados no PDT, descontentes com a decisão tomada pela coligação de não endossar a candidatura de Lavoisier como vice-governador na chapa de Agripino. Diante da negativa, Lavoisier e Vilma partiram para o lado do “inimigo”, buscando abrigo no seio político dos Alves.

A aceitação da oligarquia Alves, em relação aos dois políticos foi ampla, ao ponto de lançarem para a disputa de governador o então chegado Lavoisier Maia pela coligação Unidade Popular. Do outro lado da disputa aparecia o candidato Agripino Maia pela coligação Vontade Popular.

As duas maiores candidaturas ganharam uma oposição de esquerda por parte da Frente Popular Potiguar, composta pelos partidos de orientação socialista e que se apresentavam como alternativa às oligarquias que dominavam a política norte potiguar. Essa oposição era composta por aqueles setores sociais que despontaram na década de oitenta e que buscavam uma maior atuação e participação na esfera pública, bem como melhorias em sua condição de vida.

Expressa-se nesse conjunto de ações das classes subalternas o seu crescimento enquanto parte da sociedade e a busca de uma inserção no cenário político que lhe possibilitasse uma maior participação e representatividade, deixando de ser um mero objeto nas mãos dos políticos que durante muito tempo dominaram o estado, passando agora a reivindicar seu papel de sujeito no processo de construção de uma sociedade mais justa e que leve em conta os verdadeiros anseios das classes subalternas.

Nesse sentido, o surgimento do Novo Sindicalismo no final da década de oitenta ganha importância pelo seu caráter político, evidenciado no seu compromisso com a democracia e a liberdade de organização, pois a partir desse movimento as classes de trabalhadores de todo o país passaram a rever sua atuação enquanto representantes de uma parcela da sociedade que

se sentia isolada das decisões de governo. O Partido dos Trabalhadores foi o canalizador de todo esse movimento na busca de representatividade desses atores, que viam nele a possibilidade de se fazerem representar enquanto membros de uma sociedade.

4- A construção do PT no RN

O surgimento do PT no RN está diretamente ligado a uma série de especificidades próprias aos atores que o formou, como também, foi um reflexo de um plano de partido que tinha por base um projeto petista a nível nacional, decorrente do processo de abertura política e redemocratização que tomou conta do contexto político da década de 80. O partido surgiu com a tarefa de instrumentalizar as reivindicações dos que até aquele momento estavam privados de direitos políticos¹¹.

Logo, ao fazer uma análise da construção do PT potiguar, não podemos deixar de relacioná-lo com o que estava acontecendo no cenário político nacional, possibilitando assim, o reconhecimento dos elementos, diretrizes e dinâmicas que fizeram parte do partido e que foram disseminados localmente.

Já por fim da década de 70, ecoou no RN notícias de que “algo diferente estava acontecendo em São Paulo”, que um partido só de trabalhadores estava para ser fundado. Essas notícias enchiam de esperanças vários sindicalistas e militantes de esquerda, que se abrigavam em organizações clandestina, atuantes em alguns poucos sindicatos urbanos e rurais, na UFRN, no movimento estudantil e docente, bem como em alguns organismos de base da igreja católica.

O principal articulador no sentido de abrir uma discussão acerca da fundação do PT no estado foi Rivaldo Fernandes, que já tinha experiência na militância de esquerda, sendo à época militante do Partido Comunista Revolucionário e dirigente da pastoral operária¹².

A primeira reunião aconteceu em fins de 1979. Ficou por conta de Manoel da Conceição, sindicalista, ex-militante da Ação Popular, e na época ligado ao PCR e membro da Comissão Nacional Provisória do PT, a tarefa de conduzir o processo de organização do partido em alguns estados nordestinos, dentre eles, Paraíba e Rio Grande do Norte.

¹¹ ALVES, Maria Helena Moréia. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). P. 277.

¹² AZEVEDO, Alessandro Augusto de. Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979-1990). Monografia: Natal, 1996. p.88.

Dessa primeira reunião, que contou com cerca de vinte pessoas, surgiram as primeiras idéias de como organizar o partido no estado. A partir dela, marcou-se uma outra com a participação de um número maior de pessoas, que em sua maioria eram sindicalistas rurais, militantes de organizações de base da igreja e alguns poucos militantes do movimento estudantil e docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A tarefa de inserir no cenário local o PT contava com o apoio de lideranças de orientação marxista, que durante o período de endurecimento do regime militar aos movimentos de esquerda, experimentaram a clandestinidade, e que agora tentavam se reorganizar de forma clandestina, e de forma paralela ajudavam no projeto de criação do PT local.

As bases para a construção do PT RN estavam começando a ganhar forma. A estrutura do partido contava com seus membros fundadores residindo em Natal e para que o partido pudesse ser reconhecido e disputar eleições, era exigido que ele estivesse organizado em um número mínimo de municípios. Partiu-se então para a tentativa de implantar células do PT no interior do estado.

A tarefa de disseminar no interior a idéia de construção de um partido só de trabalhadores ficou sob a responsabilidade de militantes que tinham alguma ligação com o campo. Faziam parte desse grupo trabalhadores rurais e urbanos, bancários, professores da Fundação Universidade regional do RN, comerciários e trabalhadores da construção civil, que tinham relativa inserção no movimento sindical local. Eles viajavam nos fins de semana e com o apoio das lideranças de cada interior, buscavam formar os primeiros núcleos do PT.

Paralelo a isso, outras reuniões foram realizadas com o intuito de escolher o representante do estado no Ato de Fundação Nacional do PT em 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, São Paulo. Essas reuniões ocorreram nas dependências do Radar, colégio de propriedade um amigo de Rivaldo Fernandes.



Após ultrapassarem as dificuldades financeiras, a comitiva foi composta pelas principais forças políticas do partido naquele momento: Francisco Ferreira, representante dos trabalhadores rurais; Rivaldo Fernandes do PCR e Aldemir Lemos, representante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

A primeira coordenação do partido foi escolhido no dia 29 de março de 1980, por ocasião do primeiro encontro estadual dos militantes pró- PT, realizado no Instituto Teológico e Pastoral de Natal, o ITEPAN. Foram eleitos os seguintes nomes para a primeira coordenação regional: Rivaldo Fernandes, Cícero Gomes Correa, Aldemira Araújo Martins, Aldemir Lemos, Elisiel Barbosa da Silva, Afonso Ligório Alves de Albuquerque e Lizete Cunha de Sousa¹³.

Essa coordenação teve uma representatividade social e política que obedecia a uma orientação da comissão organizadora do encontro, no qual os eleitos deveriam estar ligados ao movimento popular, tais como, oposição sindical, movimentos de bairro, comunidade de base, além das comunidades profissionais e estudantis, e terem militância comprovada pela plenária.

Ainda no mesmo ano, em 28 de junho, o PT publicou seu primeiro manifesto público, no qual afirmava a idéia do partido como expressão classista dos trabalhadores e seus aliados, dentro e fora das instituições do estado.

Os documentos que o PT local trazia ao conhecimento público, eram em sua maioria, uma defesa da democracia e uma exigência de uma política que possibilitasse melhorias nas condições de vida da população. Era a expressão estadual da luta travada no cenário nacional pelo partido.

A luta, porém, que o PT local teve que travar era a de se estruturar com o mínimo de recursos possíveis para ganhar espaço no cenário da política local. As dificuldades

¹³ Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979-1990). P.91.

encontradas pelo partido nos primeiros anos de sua existência mostram o quão precária eram as condições em que se encontrava. Um exemplo disso, foi o primeiro comício realizado pelo partido na Praça Gentil Ferreira, em que o aluguel do caminhão, que serviu de palanque, só foi pago com a ajuda dos militantes que estavam no evento.

No final do ano de 1980, o PT /RN contava com cerca de 40 comissões municipais. Muito em se tratando de um partido recém surgido no cenário nacional e, principalmente se for levado em conta a tradição política do RN, em que grupos familiares se alternam no poder. Entretanto, boa parte dessas comissões existiu de fato no papel, pois, na prática pouco faziam. E isso se deve a combinação de vários fatores: precariedade estrutural do partido que dependia de doações de seus militantes; a ausência de movimentos sociais massivos que pudessem se opor as lideranças tradicionais no interior e a falta de acompanhamento sistemático por parte da direção estadual nesses diretórios.

Apesar de todas as dificuldades, os militantes do partido tentavam construir um partido baseado no modelo de organização no qual, estava proposto a valorização de suas instancias de base no processo decisório e norteador da conduta partidária, ou seja, as decisões eram tomadas levando-se em conta a opinião de todos os membros. Nota-se nesse procedimento uma transferência das experiências vividas por esses militantes quando de suas participações nos mais variados movimentos de luta, para a vida partidária.

Nesse sentido, o partido fazia parte de um processo mais amplo de fortalecimento dos movimentos sociais. Seria o reflexo da conscientização gradual pelos trabalhadores da necessidade da construção de um partido como instrumento de luta.

Apesar de possuir um caráter aglutinador, tendo em vista que todos que faziam parte dele tinham ideais democráticos e de quebra das oligarquias locais, as disputas dentro do partido eram um problema. Devido a sua composição heterogênea, sob a forma de vários grupos que se alinhavam de acordo com suas posições, projetos ou propostas, os grupos

buscavam se fortalecer internamente para se tornar hegemônico e dar ao partido sua linha política a ser seguida. Esses grupos eram remanescentes de outras organizações políticas, que viam no reaquecimento do debate de redemocratização a oportunidade de se reconstruir.

Dentre os grupos que ressurgiram no início de 80 e que tinham atuação no PT/RN ganham destaque o PCR, atuando via organização de base da igreja, seja no meio urbano ou rural, o PCRB, com uma atuação maior entre os sindicalistas do meio rural e que durante seis anos deteve a hegemonia e o controle da direção estadual do partido; a Convergência Socialista e o Movimento Pela Emancipação do Proletário(MEP), mais atuante no meio universitário.

O fim de 1980 marcou, para os petistas potiguares, o surgimento de sua primeira grande crise. O fato ocorreu devido às discussões em torno da posição do partido em face à conjuntura política da época. Um grupo ligado ao PCR debatia, de um lado, a possibilidade de fusão com o MR-8 e tendiam a uma transição pactuada, com o fortalecimento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro como frente oposicionista. No outro front estavam aqueles que pregavam o fortalecimento do PT como partido de oposição e que criticavam o modo como o processo de abertura democrática estava sendo controlado pela ditadura.

Passado a crise, em 1981 o PT potiguar sofreu algumas baixas, entre elas a de Rivaldo Fernandes, primeiro presidente estadual do partido e que seguindo uma orientação nacional do MR-8, resolveu amparar-se politicamente no PMDB.

Este fato não prejudicou o projeto de construção do PT no estado, sobretudo porque este grupo não conseguiu atrair mais adeptos. O núcleo rural, que tinha forte ligação com os dissidentes, não os acompanharam por discordar de seus posicionamentos.

Esse é um aspecto importante quando se estuda a composição do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte, o peso dos militantes rurais. Em sua maioria eram lideranças com experiências políticas relacionadas a posse da terra. No universo heterogêneo

da composição social do partido, as lideranças estudantis e universitárias tinham hegemonia somente do diretório da capital enquanto que as lideranças rurais tinham o controle de quase todos os diretórios do interior do estado. Dessa situação ocorre que numa correlação de forças entre o meio urbano e rural, o segundo acaba por levar vantagem na hora e tomar decisões. O poder do campo pode ser revelado nas eleições de 1982, em que o número de candidatos desse extrato social concorrendo foi muito grande.

As eleições de 1982 foram mais um desafio no processo de consolidação do PT como partido no RN. Depois de sair de um período de fecundação e de primeiros passos, no qual as dificuldades se mostravam através das filiações e convenções municipais necessárias ao registro provisório do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral, e já tinha pela frente a disputa de uma campanha estadual marcada para novembro do mesmo ano. Para tanto era necessário ter candidatos em todos os níveis.

O processo eleitoral daquele ano serviu para mostrar a fragilidade em que ainda se encontrava o partido, sob vários aspectos. Primeiro, a falta de experiência da maioria de seus militantes em disputas eleitorais; do ponto de vista da hegemonia sob os movimentos sociais locais, o partido era constrangido tanto pela correlação de forças desfavorável com as lideranças rurais, quanto pela limitada capacidade de ressonância pública de suas lutas, como era o caso do movimento estudantil.

O quadro que se apresentava mostrava que o PT não tinha um nome suficientemente forte capaz de penetrar com intensidade no eleitorado. Soma-se a isso a falta de investimento financeiro, tendo em vista que sobrevivia de poucas contribuições de seus militantes, que em sua maioria eram assalariados. Entretanto, esse aspecto penoso, do ponto de vista financeiro, em que se encontrava o partido era só mais um ingrediente na formulação do conceito que era passado para a sociedade. Nesse sentido, a ausência de dinheiro na campanha era um elemento diferenciador das demais organizações partidárias: “ao contrário dos outros partidos,

o PT não tem dinheiro nem acesso fácil aos meios de comunicação (radio, televisão, etc.) que são amplamente utilizados pelos demais partidos políticos” (diretório municipal, 1981).

Observa-se nesse fato um pensamento que é comum aos partidos de esquerda no Brasil: tentar se diferenciar dos demais pelo não uso de práticas corriqueiras, e pela ausência de recursos material e financeiros volumosos, além de não possuírem em seus quadros nenhuma figura importante.

Mesmo com essas dificuldades, buscou-se lançar candidato ao governo do estado, obedecendo no cenário local uma dinâmica do contexto nacional do partido, que era a de candidaturas próprias. Não fosse suficiente enfrentar suas próprias limitações de ordem estrutural e financeira, o PT/RN iria encarar nas eleições de 1982, na disputa pelo estado, as figuras que melhor representavam, à época, o domínio oligárquico. De um lado o engenheiro José Agripino Maia, ex-prefeito biônico de Natal, representando o Partido Democrático Social, e de outro, Alúzio Alves, do PMDB, representante da oposição conservadora ao regime. Diante do quadro exposto, o PT buscou se diferenciar dos demais competidores e carregou para si a bandeira da oposição, diferente da que se apresentava do lado de lá.

Um traço marcante da campanha foi seu caráter classista. Segundo Margaret Elizabeth Keck, estudiosa do PT, política e participação “consistia em mostrar que a política não era apenas uma atividade de elite exercida no congresso e nos órgãos do estado mas, ao contrario, envolvia todo tipo de lutas populares em torno da condições de vida e de trabalho”.

Pode-se extrair desse discurso um pensamento comum aos atores que fundaram o PT em São Paulo, a idéia de trazer para a arena política as disputas que eram travadas nos movimentos sindicais e de bairros, que brigavam por melhorias nos serviços oferecidos pelo governo e que agora ganharam no âmbito partidário a possibilidade de expressão de suas demandas e percepções da vida social¹⁴. No caso do RN, essas significações não ganharam

¹⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). P.276.

força devido a sua pouca tradição em lutas sociais. O caráter dualista de poderes, presente no discurso eleitoral do partido em 1982, era muito mais fruto da presença de militantes oriundos de organizações clandestinas de pensamento marxista que de grandes e expressivas experiências vivenciadas por esses atores.

Os candidatos do partido para as eleições de 1982 se apresentavam ao eleitorado como representantes da massa trabalhadora, expressão e manifestação das coletividades, trazendo dessa forma para a disputa um caráter classista.

A recepção dessas idéias pelo eleitorado não foi muito forte, devido à tradição política enraizada no estado de oligarquias se alternarem no poder. A sociedade potiguar estava acostumada com a polarização ligada a grupos políticos-familiares. Diferente do que acontecia no Centro-Sul, o PT/RN não expressava um conjunto de atores sociais que houvessem conseguido firmasse como pólos relevantes de significação do espaço político, de modo que a capacidade de ressonância social de suas invocações eram bastante limitadas.

Encerrada as eleições, o sentimento de frustração tomou conta da militância com o resultado final. José Agripino saiu-se vitorioso com cerca de 52% dos votos, o candidato petista conseguiu apenas 0,4%, mostrando que a tarefa de construção de uma opção de esquerda dos trabalhadores estava apenas começando. Essa performance discreta nas urnas se estendeu as demais unidades da federação e gerou um desencanto simbolizado no afastamento de alguns militantes, sobretudo do interior do estado.

Se de um lado a decepção do resultado deixava alguns militantes abatidos, de outro esse mesmo resultado serviu para o partido fazer uma análise de como andava o processo de construção do PT/RN. Reconheceu-se que eram poucos os diretórios municipais que realizavam reuniões regulares, e isso se explica pelo fato de que muitos militantes, além do partido, mantinham atividades em outras áreas de atuação coletiva, como em sindicatos, por

exemplo. Um outro ponto que mereceu atenção por parte da direção estadual foi a constatação do número de votos obtidos, que foi inferior ao número de militantes, filiados e simpatizantes.

As discussões giraram em torno de ampliar e fortalecer o partido com uma presença maior da sociedade civil. Para a direção estadual, a estratégia deveria ser, a partir de agora, a aproximação dos militantes com os movimentos sociais e de lutas dos trabalhadores no seu dia-a-dia, como estava previsto em seu projeto inicial, mas que não ocorreu nos primeiros anos de existência do partido devido a sua preocupação em se estruturar-se e organizar-se para as eleições de 82.

Um dos efeitos dessa volta às bases foi o esvaziamento do partido em decorrência da atuação nos movimentos sociais e esquecimento das práticas partidárias. O fato de atuar em duas frentes, o partido e os movimentos sociais, era visto como um meio de levar as propostas do PT ao restante da sociedade.

No início da década de 80, o estado estava começando a vivenciar conflitos mais radicalizados no que se refere à atuação de movimentos de massa (sindicatos, associações profissionais, etc.). Os petistas viam nesses espaços a oportunidade de implantar novas formas de atuação, tendo em vista a presença de militantes petistas nesses movimentos, e de fortalecê-los como instrumento de luta da classe trabalhadora, possibilitando assim, uma maior visibilidade por parte da opinião pública.

Uma outra transformação ocorrida no partido nesse período, foi a mudança no eixo de poder de decisão. Isso ocorreu devido às transformações na composição social da militância do PT/RN, que deixou de ser majoritariamente rural e passou a crescer no meio urbano. Essa diminuição no número de militantes oriundos do campo encontra explicação na decepção gerada pelo desempenho no pleito de 1982 e no crescimento dos movimentos sindicais urbanos.

Um outro ponto que merece atenção nesse período é o equilíbrio no controle do partido, não existindo mais uma força hegemônica. Nenhum grupo sozinho era capaz de conduzir os rumos do PT estadual, como era o caso dos militantes ligados ao PCBR, que detinham forte controle sobre os membros do movimento sindical do interior, maior fatia do partido antes da decepção eleitoral daquele ano¹⁵.

Essa atual conjuntura partidária, de equilíbrio entre as forças internas, gerou uma situação na qual as decisões tomadas por determinado grupo não era respeitada pelo outro. Se um grupo decidisse por algo, cabia somente a ele viabilizar que aquela decisão se concretizasse. As divergências internas ficam ainda mais latentes quando da escolha do candidato a prefeito de Natal para o pleito de 1983.

Exemplo claro desse acirramento de posições ocorreu no Encontro Municipal, em que foi aprovada posição do grupo majoritário que defendia candidatura própria. O grupo minoritário, ligado ao PCBR, que era defensor de um apoio do partido a candidatura de Garibaldi Alves Filho, sequer levou em discussão essa proposta. Meses depois, no Encontro Estadual, o grupo do diretório municipal ressaltava a legitimidade de sua decisão, em contrapartida, os membros da executiva estadual relutavam em aceitar essa decisão. Soma-se a esse embate a decisão do TRE que impugnou a maioria dos diretórios municipais, gerando por consequência o impedimento do PT de lançar candidatos em Natal. Isso ocorre porque a legislação exige que o partido esteja legalizado a nível estadual em pelo menos 31 municípios. Dos 31 diretórios municipais registrados, apenas 2 se encontravam em condições legais, o restante teve o registro impugnado pela ausência de documentos e descumprimentos de prazos.

As discussões em torno da não legalização do partido trouxeram à tona um outro problema verificado pelo diretório municipal de Natal: a falta de atenção por parte da

¹⁵ AZEVEDO, Alessandro Augusto de. Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979-1990). P. 117.

executiva estadual aos problemas de organização do PT no estado. Um dos principais questionamentos feitos pelos grupos que compunham a direção municipal era a falta de pensamentos divergentes dentro da executiva estadual, e para solucionar esse problema foi sugerido que a escolha das direções executivas levasse em consideração a proporcionalidade de todos os grupos.

Em face do ocorrido, a executiva nacional enviou o coordenador de secretaria nacional de organização, Carlos Zanatta, com a tarefa de criar as condições políticas internas necessárias a reorganização do partido no RN. O “Grupo de trabalho”, reunindo todas as tendências internas, foi a solução encontrada para a superação do impasse político e o recomeço do projeto de construção do PT/RN.

A eleição de 1986 batia à porta, e o PT se apresentava como o partido oposicionista mais forte, fato corroborado por sua boa performance no pleito para prefeitos de capitais. O clima no país não era dos melhores, do ponto de vista econômico passava por um período de alta na inflação, já do lado político o governo de Jose Sarney sofria com a diminuição dos partidos que lhe davam sustentação e com o sentimento de disputa entre o novo governo e os movimentos sociais, liderados pela CUT e o PT.

1986 representava a consolidação do partido como único representante da oposição verdadeiramente comprometida com a ruptura das estruturas conservadoras, que na sua visão, continuavam com a Nova República.

Uma das medidas tomadas pelo PT, foi liderar uma campanha propondo a democratização da constituinte através da participação de entidades civis, sindicatos e associações, partidos e personalidades, no sentido de levar propostas ao congresso constituinte. Outro ponto de destaque é seu posicionamento quanto a coligações. Só seria possível a aliança caso o outro partido compartilhasse dos mesmos objetivos.

No que tange a elaboração desta tarefa no RN, o partido encontrou diversas dificuldades para as eleições de 1986. De um lado a fragilidade do partido, de outro, a dificuldade em encontrar parceiros alinhados com seu pensamento e dispostos a fazer uma aliança. Essas dificuldades se confirmaram e o partido saiu para aquela eleição sozinho. O cenário político era praticamente o mesmo da disputa de 1982, com uma estrutura fundada na tradição familiar dos candidatos, mudando apenas os nomes. Pelo PMDB concorreu Geraldo Melo, apoiado pelo grupo familiar dos Rosado, de outro lado o grupo dos Maia apoiaram João Faustino.

Uma das transformações que ocorreu no PT/RN, que já podiam ser sentidas nesta eleição, era a composição das chapas. Diferentemente de 82, percebeu-se um aumento significativo no numero de candidatos com origem urbana e uma diminuição dos candidatos oriundos do meio rural.

Diferente da maioria dos partidos, inclusive os de esquerda, o PT não concordava com a idéia disseminada de que a Nova República era a única possibilidade de se instituir a democracia no Brasil. Pelo contrário, acreditava que para se instituir uma nova ordem democrática era necessária a inclusão das classes subalternas no processo de elaboração dessa nova ordem, já que foram deixados de lado durante toda a sua construção.

Entretanto, o próprio partido tinha noção das dificuldades que era construir um “novo partido” no estado, devido a pouca organização dos trabalhadores e, principalmente, a uma estrutura fundada historicamente na bipolarização entre famílias. Qualquer outra tentativa de alternativa partidária era marginalizada, ainda mais se esta valorizasse experiências de mobilizações coletivas e de intermediação de atores sociais e o espaço político. Porém, as discussões em torno das dificuldades ficavam sempre no âmbito interno, e a mensagem passada a sociedade era justamente o contrário.



Vale ressaltar uma mudança na imagem que o PT tentava passar a classe trabalhadora. Reflexo das eleições de 82, na qual o partido não conseguiu passar sua mensagem satisfatoriamente, vide o resultado, essa nova abordagem levava em consideração o novo quadro político que se apresentava, a Nova República.

Se em 1982 o PT buscava se identificar junto ao eleitorado como sendo o único representante legítimo das classes subalternas, devido a origem dos atores sociais que o compunham e a própria organização do partido que privilegiava a participação de seus membros nas tomadas de decisões, em 1986 buscava passar a idéia de alternativa política não devido a natureza de seu surgimento e sim pelas posições assumidas no processo de transição democrática. Contudo, o resultado das urnas não mudou significativamente em relação ao último pleito, evidenciando que ainda continuava sem expressividade eleitoral.

Com sucessivas frustrações eleitorais desde sua fundação, o PT/RN buscava encontrar as soluções de seus conflitos internos, bem como uma melhor participação nos movimentos sociais, afim de possibilitar uma maior inserção na política potiguar. Nesse sentido, o ano de 1987 veio a ser o início da reconstrução do partido no estado, tendo em vista que naquele ano não iram ser disputadas nenhuma eleição, possibilitando ao militante petista usar seu tempo atuando em sindicatos e nas tarefas partidárias, somando-se ainda, um crescimento nunca antes visto no estado das atividades sindicais, o que fez emergir um conjunto de novos atores sociais, como os petroleiros, os previdenciários, o funcionalismo público estadual.

O surgimento desses novos atores sociais possibilitou uma maior visibilidade na sociedade das lideranças petistas, que estavam à frente das reivindicações da maioria dessas categorias. Vale ressaltar que esses movimentos sindicais estavam relacionados, a nível nacional, com as lutas promovidas pela CUT e ganhavam mais sentido quando analisamos o quadro político-econômico do país, que se encontrava em volta às discussões da nova

constituição e de uma crise inflacionária. Tudo contribuía para um crescimento do partido a nível nacional nas eleições de 1988.

No tocante ao Rio Grande do Norte, 1988 foi de fato o grande teste do PT após o período de sua reconstrução, que estendeu de Fevereiro de 1986 à Outubro de 1987, quando da realização da convenção regional que legalizou o partido no estado. O resultado, levando-se em consideração as eleições de 1982, foi bem melhor, tendo em vista que conseguiu 1,8% do total de votos para prefeito, e 1,7% para vereador em todo o estado. Se for levado em consideração apenas os municípios em que participou o índice sobe para 4,4% para prefeito e 4,12% para vereador. Um fato a ser comemorado, tendo em vista os espaços ocupados na estrutura institucional do estado, executivo e legislativo.

O crescimento do PT no estado mostrava a evolução da aceitação do projeto do partido por parte da população. Isso fica evidenciado com a votação obtida pelo candidato do partido a presidência da república em 1989, Luis Inácio da Silva, em que ele conseguiu polarizar a disputa com Fernando Collor de Melo, mostrando aos grupos dominantes que o Brasil havia mudado. Pela primeira vez um candidato, que trazia em sua trajetória de vida ligações diretas com os movimentos sindicais, conseguia disputar uma eleição para presidente da nação com chances reais de vitória. A vitória nas urnas não veio, mas a conquista de uma posição de destaque no cenário político nacional estava consolidado.

A polaridade entre Lula e Collor na eleição de 1989 se estendeu à nível estadual para outras unidades da federação. O PT/RN buscou introduzir na campanha de 1990 uma idéia de disputa entre a esquerda, PT e seus aliados, e a direita, composta pelas oligarquias. Para tanto, seria necessário passar para a sociedade potiguar que os partidos de esquerda locais eram os representantes dos projetos de Lula.

Para essa disputa foi constituída a Frente Popular Potiguar, reunindo PT, Partido Comunista do Brasil e o Partido Socialista Brasileiro. Na contramão do crescimento do

partido, enquanto representatividade política e número de militantes, a campanha de 1990 não se mostrou muito diferente no que concerne a arrecadação de fundos. No que se refere ao desempenho do candidato ao governo do estado, Salomão Gurgel, chegou a aparecer em pesquisas com 8% de intenções de votos.

A tônica do discurso da FPP não se distanciava muito do empregado em outras eleições, apresentando aos eleitores potiguares um caráter classista, desta vez voltando-se contra os candidatos que à época polarizavam a disputa ao governo, José Agripino Maia e Lavoisier Maia.

O resultado daquela eleição mostrou que a tarefa de cultivar na população a conscientização necessária para se livrar de práticas políticas enraizadas na tradição familiar dos candidatos ainda era uma questão que levaria muito tempo. Entretanto, o desempenho final do partido superou e muito qualquer outro resultado já alcançado, com o seu postulante ao governo alcançando 10,96% dos votos, em primeiro turno. Esse resultado associado a eleição de um candidato a assembléia legislativa, o professor Junior Souto, mostrou uma ampliação no espaço de atuação da esquerda.

O segundo turno colocou o PT e os outros partidos da frente diante de uma tomada de posição. Apoiar José Agripino Maia, do Partido da Frente Liberal, ou Lavoisier Maia, do Partido Democrático Trabalhista, apoiado pelo grupo dos Alves. PC do B e PSB optam pela candidatura do PDT, e o PT por sua vez, escolheu o voto nulo, por considerar ambos “faces opostas de uma mesma moeda”.

O discurso petista, no Rio Grande do Norte, ao longo de todas as eleições sempre se pautou pela crítica às estruturas de dominação das famílias tradicionais do estado e pela alternância no poder de uma ou de outra. O partido surgiu com a tarefa de acabar com essa situação, proporcionando à sociedade o pleno exercício da democracia, com a participação de todos os atores sociais.

5- Conclusão

O século XX trouxe para o Brasil novas formas de relações de trabalho oriundas de uma mudança na economia nacional que aos poucos ia deixando de ser agrária para se tornar industrial. O quadro social que se originou dessas transformações não foi dos mais favoráveis para a classe trabalhadora, tendo em vista que um grande contingente de mão-de-obra saiu do campo e foi para os centros urbanos trabalhar em jornadas extenuantes e viver em péssimas moradias.

Na sua luta para melhorar essa situação a classe operaria se organizou e veio a formar os sindicatos como sua representação junto aos patrões. Durante todo o século XX esses movimentos sindicais pautaram sua existência na luta por melhores condições de trabalho e na busca por remunerações mais dignas. Como podemos observar, essa tarefa não foi nada fácil, tendo em vista as dificuldades encontradas no decorrer das décadas do século passado, dificuldades estas impostas tanto pelo poder industrial quanto pelo poder estatal.

O Estado teve um papel de extrema importância na análise do sindicalismo no Brasil. Tratou de atrelar a ele os sindicatos existentes, impondo uma série de restrições e intervenções, com isso passou a controlar o ímpeto reivindicatório da classe trabalhadora. Seu apetite dominador era menos ou mais voraz de acordo com o momento vivido ou com a ameaça aparente que se apresentava, que podia ser a quebra da paz social ou um partido de matriz socialista escamoteado nos anseios sindicalistas. Observamos que durante boa parte do século XX os movimentos sindicais tiveram um certo controle por parte do Estado. Em fins da década de setenta essa situação mudou com o surgimento do Novo Sindicalismo, que se caracterizou pela volta do ímpeto reivindicatório, pelas greves, paralisações e pelo seu caráter político, evidenciado na sua luta pela redemocratização do país.

Esse ressurgimento das lutas sindicais teve sua repercussão no estado do Rio Grande do Norte, ainda que em menor intensidade se comparado com o que estava acontecendo no

Centro-Sul do país. Vimos como novos atores sociais passaram a reivindicar sua participação nas decisões tomadas e a se organizar no sentido de fazer valer sua voz. Destaca-se nesse período o surgimento da CUT que aos poucos foi ganhando espaço no cenário sindical e passou a ser um pólo aglutinador dos anseios da classe trabalhadora, juntamente com o recém fundado Partido dos Trabalhadores. Como observamos, o Novo Sindicalismo trouxe para o Rio Grande do Norte o surgimento de novas forças sociais, que ao se organizarem passaram a questionar e a assumir uma posição na estrutura política local, baseada na dominação por grupos de famílias.

A cena política da década de oitenta no estado do Rio Grande do Norte não era mais a mesma daquela em que as velhas lideranças oligárquicas se alternavam no poder e o povo sem nenhuma representatividade assistia a tudo aquilo como mero expectador. Assistimos nesse período o surgimento do PT como representante dos anseios daqueles que durante muito tempo estavam à margem do processo decisório e que queriam dar um basta ao poder hegemônico das oligarquias. Verificamos as dificuldades encontradas pelos militantes para tornar o partido uma realidade e os seus avanços no projeto de consolidação de uma oposição de esquerda. Percebemos as dificuldades que o partido encontrou em superar suas invocações de caráter classista e com isso ampliar seu espaço de aceitação por parte do resto da sociedade.

6. Bibliografia

- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. O que é sindicalismo. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.
- AZEVEDO, Alessandro Augusto de. Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979-1990). Monografia: Natal, 1996.
- CARONE, Edgard. Movimento Operário no Brasil (1964-1984). São Paulo: DIFEL, 1984.
- COSTA, S. A. Estado e controle sindical no Brasil. São Paulo: TA Queiroz, 1986.
- ERICKSON, Kenneth Paul. Sindicalismo no processo político no Brasil. Brasiliense, 1979.
- FUCHTNER, Hans. Os sindicatos brasileiros: organização e função política. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- GURGEL, Cláudio. Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). O Novo Sindicalismo vinte anos depois. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RODRIGUES, Aluisio. O Estado e sistema sindical brasileiro. São Paulo: LTR, 1981.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos e Sindicatos. São Paulo: Ática, 1990.
- PONT, Raul. Da crítica ao populismo à construção do PT. Seriemá.
- SIMÃO, Asiz. Sindicato e Estado. São Paulo: Dominus Editora, 1966.